

As obras do educador paulista João Toledo na Biblioteca da Escola Normal de Campinas (1925-1934): modelos de lição

The works of the educator of São Paulo João Toledo in the library of the “Escola Normal de Campinas” (1925-1934): models of lesson

Las obras del educador paulista João Toledo en la biblioteca de la Escuela Normal de Campinas (1925-1934): modelos de lección

MARIA DE LOURDES PINHEIRO¹

Resumo

O artigo traz uma discussão acerca das obras do educador paulista João Toledo, que defendia, por meio da publicação de livros destinados às escolas normais, uma educação pautada pela arte de ensinar e pelos modelos de lição. Tais livros permitem perceber como Toledo fez uso das interlocuções que estabeleceu com profissionais contemporâneos ligados ao ensino, bem como as apropriações e representações que fez do modelo de educação com que foi formado e das novas concepções que iam penetrando no país, para divulgar suas próprias ideias educacionais. Para Toledo, a formação de uma biblioteca do professor primário, composta por livros que apresentassem modelos de lições, se impunha como complemento indispensável para auxílio do trabalho do professorado. A ideia de uma biblioteca do professor era compartilhada por outros profissionais contemporâneos, ainda que com uma configuração e objetivos diferentes da sua proposta.

Palavras-chave: João Toledo; educação paulista; modelos de lição

¹ Doutora em Educação: História, Filosofia e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania (Civilis) da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: pinheiro.lou@gmail.com

Abstract

The article presents a discussion of the works of the educator of São Paulo João Toledo, who advocated, through the publication of books intended for normal schools, an education guided by the art of teaching models and the lesson. These books allow you to see how Toledo has made use of the dialogues it has established with professionals related to contemporary teaching, as well as appropriations and representations made to the model of education that was formed and new ideas that were entering the country to promote their own ideas education. For Toledo, the formation of a library school teacher, made up of books that present models of lessons, if imposed as a necessary complement to aid the work of teachers. The idea of a library teacher was shared by other professional contemporaries, albeit with a different setting and objectives of its proposal.

Keywords: João Toledo, education of São Paulo; models of lesson

Resumen

El artículo trae una discusión a respecto de las obras del educador paulista, João Toledo, él que defendía, a través de la publicación de libros destinados a las escuelas normales, una educación pautada por el arte de enseñar y por modelos de lección. Estos libros permiten percibir cómo Toledo hizo el uso de las interlocuciones que estableció con profesionales contemporáneos relacionados al ensino, así como las apropiaciones y representaciones que hizo del modelo de educación con quien fue formado y las nuevas concepciones que fueron penetrando en el país, para divulgar sus propias ideas educacionales. Para Toledo, la formación de una biblioteca del maestro de la enseñanza primaria, compuesta por libros que presentasen modelos de lecciones, si imponía como el complemento indispensable para el auxilio del trabajo del profesorado. La idea de una biblioteca del profesor era compartir por otros profesionales contemporáneos, aún que con una configuración y metas diferentes de su propuesta.

Palabras clave: João Toledo; educación paulista; modelos de lección.

Recebido em: fevereiro de 2015

Aprovado para publicação em: maio de 2015

O presente trabalho abrange o período de 1925 a 1934 e resulta de uma discussão acerca das interlocuções do educador paulista João Toledo, ao defender, por meio da publicação de livros destinados às escolas normais, uma educação pautada pela arte de ensinar e pelos modelos de lição. Numa perspectiva histórico-cultural, o trabalho é parte da discussão realizada em tese de doutorado defendida em 2009², que esteve articulada ao projeto “Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual Carlos Gomes de Campinas” (financiado pela FAPESP), no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania (Civilis), da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenado pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes.

A abordagem histórico-cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p.16-17). Além disso, resulta de um esforço para “entrar na complexidade de uma sociedade a partir de um elemento particular – uma biografia, uma existência singular, um evento, uma prática particular” (CHARTIER, 1999, p.11), pois, “a partir deste destino individual, desta prática específica, ou deste evento, se pode reconstruir a totalidade dos laços, interdependências, relações que definem o mundo social”. (CHARTIER, 1999, p.11).

Neste sentido, ao se realizar um trabalho de investigação histórica sobre um determinado personagem, a revelação do perfil do pesquisado esclarece e amplia a compreensão do contexto em que ele viveu; ao se estudar seu pensamento e obra, algumas questões estarão implícitas, como sua trajetória intelectual e posições assumidas (HILSDORF, 1986), o que significa dizer que a obra de um autor acaba por refletir os movimentos e tendências de um dado momento, levando a uma melhor compreensão da época social e cultural em que viveu.

Dessa forma, no momento em que João Toledo formou-se complementarista em 1900 pela segunda turma da Escola Complementar de Itapetininga, a ênfase dada à formação do professor primário fundamentava-se num modelo pedagógico constituído, sobretudo, pelos estudos de Pestalozzi. Tida como uma série de prescrições que podia ser aplicada universalmente, a pedagogia que o pensador suíço defendia baseava-se no princípio da observação da natureza para dela deduzir as ações educativas. Para tanto, utilizava-se de um método de questionamento para a educação dos sentidos, ou educação intuitiva. O objetivo da ação educativa, para Pestalozzi, era o desenvolvimento das forças humanas e os seus passos deveriam ser adaptados à essência da natureza como guia do professor para educar a mente, a mão e o coração dos alunos.

Para o complementarista obter o diploma de habilitação para o magistério preliminar, era necessário que fizesse a prática de ensino de um ano em uma escola modelo, anexa a uma escola normal, local em que lhe seria possibilitado o contato com práticas dadas a ver. Muito embora as escolas complementares não fornecessem o ensino técnico e pedagógico necessário ao futuro mestre (fato que levou a inúmeras críticas), desde o final do século XIX e início do século XX circulavam no Brasil impressos destinados ao uso de professores e normalistas, como revistas e manuais, com seções

² A tese de doutorado foi desenvolvida com bolsa de pesquisa da CAPES e foi orientada pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes, da Faculdade de Educação/Unicamp.

compostas por modelos de lição das disciplinas a serem ministradas no ensino primário, bem como determinados saberes, procedimentos e atividades para serem reproduzidos no exercício do magistério.

Entretanto, a partir da propagação internacional das concepções educacionais de Dewey, Montessori e Decroly (dentre outros), os modos de conceber a finalidade do trabalho escolar e de natureza da atividade infantil no Brasil foram reconfigurados, o que refletiu numa transformação das representações das práticas escolares vigentes até então e deu início a um amplo debate sobre a escola nova.

Embora muitas das mudanças apresentadas como novidade pelos escolanovistas brasileiros na década de 1920, como a centralidade da criança na aprendizagem e a importância do ato de observar e intuir para a construção do conhecimento do aluno, fossem discutidas já há um bom tempo por profissionais ligados ao ensino, essas mesmas preocupações voltavam formuladas como novas, sobretudo nos seus significados. Em função disso, aprofundou-se a discussão que teve início com a introdução do ensino intuitivo no Brasil, no sentido de que a escola não deveria apenas oferecer situações em que o educando observasse, mas que também agisse, dando-lhe condições de elaborar o seu próprio conhecimento.

Debates desencadeados por determinadas medidas introduzidas por Sampaio Dória na reforma paulista de 1920 levaram a um questionamento da institucionalização do método intuitivo, que vinha fundamentando propostas de ensino no Estado de São Paulo desde as décadas finais da monarquia, adentrando no período republicano. Uma das medidas foi o princípio da autonomia didática, que Carvalho (2000) destaca como um dos fatores que levaram à substituição dos discursos pedagógicos (até então apontados como portadores de uma escola “nova”) por discursos escolanovistas, levando a rupturas nos saberes e nas práticas escolares. Nesse embate educacional, os periódicos e manuais divulgaram inúmeros escritos, ora sobre os fundamentos da prática pedagógica, ora sobre os métodos e processos de ensino, e foi nesse cenário que João Toledo destacou-se como uma figura de prestígio, especialmente no meio educacional paulista.

Os manuais do ex-professor e ex-diretor da Escola Normal de Campinas, João Toledo, publicados no período entre 1925 a 1934, mostram como o autor fez uso das interlocuções que estabeleceu com profissionais contemporâneos ligados ao ensino, bem como das apropriações e representações que fez tanto do modelo de educação com que foi formado quanto das novas concepções que iam penetrando no país, para divulgar suas próprias ideias educacionais.

Concepções de João Toledo acerca da Psicologia e da Pedagogia e as relações com a Prática Pedagógica

Após a formação em Itapetininga, Toledo foi nomeado para diversos cargos considerados importantes no período: foi diretor de grupos escolares em Serra Negra (1901-1908) e em Rio Claro (1908-1913), e lente da cadeira de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica da Escola Normal Secundária de São Carlos (1913-1921).

Nesta função, João Toledo fez o curso de Pedagogia Científica oferecido em São Paulo, em 1914, pelo médico italiano Ugo Pizzoli. Ainda em São Carlos, passou a expressar publicamente sua concepção do papel da educação na formação do cidadão, por meio de artigos publicados em revistas, nos quais expunha a “escola brasileira” que almejava, bem como as disciplinas e o método de ensino que considerava como os que melhor “semeariam” os “ideais nacionais” nos “corações de meninos e adolescentes”.

Em função disso, quando foi nomeado para a direção da Escola Normal de Campinas, em janeiro de 1921, Toledo já era um nome conhecido no cenário educacional, pois havia divulgado um número razoável de artigos abrangendo variados temas (história, pedagogia, psicologia, metodologia, os ideais nacionais e sua relação com o ensino elementar, o problema da escola brasileira, dentre outros). Seus artigos haviam sido publicados pela Revista da Escola Normal de S. Carlos e pela Revista de Ensino, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo.

O fato de ter sido escolhido por Sampaio Dória (recém-nomeado para a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo) para ser diretor de uma escola normal e também professor da disciplina de Prática Pedagógica que, juntamente com Psicologia e Pedagogia, era responsável por introduzir novas diretrizes pedagógicas aos trabalhos escolares, provavelmente se deve porque Toledo expressava publicamente sua preocupação com a “formação da alma brasileira”, uma preocupação que aglutinava grande parte da intelectualidade em torno das questões educacionais no período, e por considerar ainda que o método intuitivo era o que melhor auxiliaria o professor nesse sentido. De acordo com Hilsdorf (1998), os profissionais escolhidos pelo novo diretor geral da Instrução Pública no momento da implantação da reforma de 1920 não o foram aleatoriamente. Deveriam, antes, fazer a propaganda da reforma e auxiliar na sua efetivação, principalmente no que se refere à questão do método, considerado a base do ensino, peça chave de uma nova concepção de conhecimento e expressão de mudanças culturais mais profundas e amplas.

Ocupando o novo cargo, João Toledo foi convidado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, representada agora por Guilherme Kuhlmann, para participar de uma reunião em São Paulo (julho de 1921) com profissionais do ensino paulista, sendo um dos objetivos a organização do programa das disciplinas dos diversos níveis de ensino³. Coube a Toledo apresentar uma tese sobre o ensino de Psicologia, Pedagogia e Metodologia no curso normal.

O diretor da Escola Normal de Campinas iniciou sua tese observando que a disciplina de Prática Pedagógica começava no segundo ano do curso normal, antes de “qualquer preparação adequada”, uma vez que Psicologia viria somente no terceiro ano e Pedagogia no quarto ano. Dessa forma, era preciso limitar o ensino daquela matéria no que se referia ao modo como eram organizadas e dirigidas as classes observadas pelas normalistas, acompanhadas de aplicações e explicações feitas pelo professor.

³ As conclusões e os informes da reunião constam do “Anuário do Ensino do Estado de São Paulo”, de 1920-1921.

No curso técnico das Escolas-normais, as aulas de prática pedagógica visam o treino dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, no estudo concomitante, que fazem, de psicologia e pedagogia; e as aulas destas duas disciplinas procuram dar ora as bases para aquelas, ora explicações da razão de ser das praticas adotadas. Daí, pontos de contacto necessários e um paralelismo que devem existir entre os programas das duas cadeiras sem prejuízo da ordem lógica no desenvolvimento de cada uma das matérias. (TOLEDO, 1921, p.336-337).

Por outro lado, no terceiro ano, juntamente com a Psicologia, as questões de método e processos de ensino poderiam ser trabalhadas em suas linhas gerais. No quarto ano, com a Pedagogia delimitando a finalidade educativa, enumerando e estudando os “agentes educadores” e procurando, com o auxílio da escola, mostrar como se realizava o crescimento físico, moral e intelectual do educando, as lições de metodologia geral estudadas no ano anterior seriam “aclaras”, ao mesmo tempo em que se poderia abordar a metodologia específica de cada disciplina constante do programa do curso primário.

Para João Toledo, o conceito que melhor convinha era psico-pedagogia, pois compreendia as atividades inatas da criança, as que se criavam pela imitação e pelo hábito, e a ação reguladora da vontade propulsora e inibitória. Compreendia também as sensações e os sentimentos que lhe eram próprios, as múltiplas inclinações que deveriam ser reprimidas ou desenvolvidas e as exaltações que às vezes assumiam, além do modo pelo qual a criança recebia as excitações externas e elaborava os seus conhecimentos. Segundo o autor, estes eram fatos originados no sistema nervoso, cujas causas aparentes podiam ser explicadas, e que tinha sua existência e uniformidade constatadas na generalidade das crianças.

Na tese apresentada na reunião convocada por Guilherme Kuhlmann faltava ainda a João Toledo apresentar a sua concepção de Pedagogia. De acordo com o educador paulista, o primeiro cuidado seria definir, de modo preciso, as finalidades da educação em geral, sobretudo a partir do ponto de vista brasileiro (o fim da educação que defendia era a condução à moralidade do aluno). Nesta fase do ensino, deveriam ser indicados aos alunos os ideais nacionais que os levariam a realizar aspirações, suscitariam “emoções salutare”, criariam esperanças e despertariam iniciativas.

Para finalizar, Toledo falou ainda sobre os programas de ensino, pois o considerava como um guia conveniente e um regulador necessário do trabalho do professor. De acordo com João Toledo, o programa era como uma rota a seguir, porque dava ao mestre uma ideia aproximada do trabalho a realizar, prevenindo-o contra a possibilidade de deixá-lo sem execução. O programa, então, deveria ser organizado por lições, sendo que o mais importante era o fato de que as leis que presidiam o desenvolvimento infantil não deveriam ser esquecidas.

A tese sobre o programa de ensino para Psicologia, Pedagogia e Metodologia das escolas normais paulistas não foi a única a ser apresentada por João Toledo na reunião convocada por Guilherme Kuhlmann. Sob sua incumbência ficou também o desenvolvimento de uma tese sobre a formação de uma biblioteca do professor primário.

Para o educador, a formação de uma biblioteca do professor primário se impunha como complemento indispensável, pois não bastava que o mestre tivesse um conhecimento preciso do educando em seu desenvolvimento psíquico e somático, nem que conhecesse a finalidade educativa, individual e coletiva. O “preparo pedagógico” não seria suficiente para torná-lo “um mestre de crianças apto a orientar o aprendiz”. (TOLEDO, 1921, p.361).

Devido aos “defeitos de organização” das escolas normais e de orientação que vinha tendo o ensino, Toledo considerava que os normalistas recebiam o título de professor “sem o conveniente conhecimento da língua pátria, aritmética, geometria, história, geografia, ciências físicas e naturais, desenho, música e trabalhos” (TOLEDO, 1921, p.362).

Segundo o autor, o professor chegava ao ensino primário com uma insuficiente preparação técnica; o que se via era, então, o mestre ensinando e os alunos passivamente escutando, procurando decorar as lições recebidas. Sua crítica, nesse sentido, era que, nas escolas primárias ainda não se aplicava “os princípios que regulam o aprendiz ativo”, pois estes “nem mesmo se acham convenientemente expostos e esclarecidos”. (TOLEDO, 1921, p.362).

Como exemplo, falava da sua preocupação com o ensino de história nos grupos escolares e propunha que o estudo da disciplina começasse no segundo ano preliminar, com as primeiras noções sendo apresentadas em forma de anedotas. Entretanto, o próprio João Toledo reconhecia que os conhecimentos que os professores possuíam da matéria não bastava, e raramente tinham tempo e dedicação bastante para “escavar com vagar” as histórias brasileiras, “capazes de interessar as crianças e despertar nelas emoções salutares”. (TOLEDO, 1921, p.363). Assim, “empreendi eu mesmo esse trabalho, medroso de ficar entre os doutrinários que vivem a preceituar sobre a conduta alheia, sem nada produzir que valha na prática. [...] Tenho quase pronto um volumezinho que, em breve, oferecerei às nossas escolas”. (TOLEDO, 1921, p.363-364).

O autor considerava que não havia publicações pedagógicas que orientassem os professores sobre o que fazer nas escolas. O “volumezinho” a que se referia era o livro *Sombras que Vivem*, que viria a ser publicado em 1923 pela Casa Genoud de Campinas, oferecido pelo autor como uma “contribuição desvaliosa” de quem mais não podia: colaborar “na mais instante das exigências nacionais – a formação moral e cívica de nossa gente”. (TOLEDO, 1923, p.03). O livro foi aprovado pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo para leitura nas escolas primárias e complementares em outubro de 1922, antes mesmo da sua publicação. Também Lourenço Filho, então Diretor Geral da Instrução Pública no Ceará, aprovava o livro em março de 1923 para uso nos grupos escolares e nas escolas complementares, tendo sido recomendada a sua leitura aos professores públicos em especial.

Pois bem, são trabalhos semelhantes os que eu julgo necessários à formação da “biblioteca do professor primário”. Em pequenos volumes, de fácil aquisição, desenvolver-se-á uma disciplina do curso, na parte relativa a um ano ou dois ou a todo ele. Seguir-se-á passo a passo, quanto possível, o programa oficial, de modo a ter o mestre, preparado hoje a lição a dar no dia seguinte. [...] Livro do mestre, embora é indispensável não esquecer que as lições são preparadas para as crianças e que o autor economiza tempo e trabalho ao professor da classe. (TOLEDO, 1921, p.364).

Chama a atenção neste trecho da exposição de João Toledo a sugestão de formação de uma biblioteca do professor primário, composta por livros que apresentariam lições e/ou roteiros prontos para auxílio do trabalho do professorado, uma vez que, a partir daí, o autor passou a escrever manuais destinados ao uso de normalistas e professores primários, os quais continham modelos de lições. A ideia de uma biblioteca do professor era compartilhada por outros profissionais da educação, como Lourenço Filho, que organizou, a partir de 1927, uma coleção intitulada Biblioteca de Educação (organizada para a Companhia Melhoramentos de São Paulo), porém com uma configuração e objetivos diferentes da proposta de João Toledo.

A Biblioteca de Educação organizada por Lourenço Filho era uma coleção de livros que sintetizavam os saberes pedagógicos considerados necessários, pelos escolanovistas, à transformação dos modos de agir e pensar do professorado. Não fornecia roteiros de lições e nem modelos para serem utilizados pelos professores (como sugeria João Toledo), mas roteiros de leituras, constituídos por informações e referenciais críticos que serviriam de fundamento à prática docente. (CARVALHO, 2001).

O Crescimento Mental: a psico-pedagogia de João Toledo

Logo após a publicação de Sombras que Vivem, João Toledo iniciou a preparação do que seria o seu primeiro livro voltado para normalistas e professores primários, o que ficava claro já no título. A primeira edição de O Crescimento Mental – exposição analítica da psico-pedagogia para uso dos alunos das escolas normais e dos professores do curso primário – foi publicada em 1925, pela Imprensa Metodista de São Paulo, quando João Toledo era diretor da Escola Normal de Campinas e professor de Prática Pedagógica⁴.

Apresentado a partir de uma introdução, em que o autor discutia a “sinopse do crescimento e das funções da mente”, pela “visão do conjunto” e pelos “aspectos funcionais da mente”, os capítulos de O Crescimento Mental eram divididos em três partes, sendo que a primeira estava reservada para o tema Receptividade Psicológica e Fontes do Conhecimento, em que expunha o primeiro passo para o conhecimento da alma da criança.

⁴ O exemplar utilizado pertence ao acervo da EE “Carlos Gomes”. A partir da segunda edição, o livro passou a ser publicado pela Livraria Liberdade de São Paulo.

Na segunda parte, Materiais do Conhecimento e Elaboração Mental, João Toledo apontava a reação das crianças em contato com as coisas e os resultados dessas reações, além de explicitar como os materiais recebidos e elaborados pela mente atuavam como forças propulsoras das ações humanas, exteriorizando-se na imitação, no interesse, no esforço e na atenção. Entretanto, Toledo argumentava que, embora todos estes atos fossem “inteligentes”, neles predominava o “elemento sentimental”, de forma que era necessário examinar também as “forças cognitivas” que davam a superioridade do homem sobre os outros animais.

O autor apresentava o melhor método para o ensino e como ele atuava sobre os indivíduos, segundo sua concepção. Para o educador, a marcha do entendimento – dos fatos particulares para o conceito ou a lei que os engloba – definia os “métodos de pensar, isto é, os modos pelos quais as ideias, logicamente, se concatenam ou se desdobram” (TOLEDO, 1925a, p.313). Para passar das hipóteses aos princípios, e destes para as leis, o indivíduo utilizava-se dos processos de indução (análise) e dedução (síntese), de modo que, a partir de experiências anteriores já assimiladas, chegava-se ao conhecimento do que ainda era ignorado; por sua vez, a nova informação incorporava-se às demais, ampliando-lhe os instrumentos de investigação. Toledo denominava esse processo de “analítico-sintético”, por meio do qual a criança desenvolveria, ao mesmo tempo, suas noções particulares e gerais.

Nesta marcha, o raciocínio aperfeiçoa e aumenta os seus próprios instrumentos; aparelha a mente para a interpretação das coisas e dos fatos, assimilando verdades que aplica imediatamente na orientação da conduta. Esta fase do raciocínio denomina-se “indução”; e a aplicação das verdades, em qualquer dos seus graus, nos atos de todo gênero que constituem a vida inteligente, é a “dedução”. Induzir e deduzir são, pois, métodos mentais, são as mais elevadas funções do pensamento. (TOLEDO, 1925a, p.315).

Na sequência, vinha a terceira e última parte do livro, Aplicação, quando eram aproveitados os conceitos até então expostos para estudar “a prática dos conhecimentos nos hábitos e na conduta raciocinada” (TOLEDO, 1925a, p.347). Por prática dos conhecimentos, Toledo estava se referindo àquelas ministradas pelas instituições educativas: a formação de determinados hábitos, repetidos a todo instante para “educar” a conduta de cada um; à adaptação dos impulsos instintivos ao melhor uso do meio, conciliando-os às exigências crescentes da sociedade civilizada e impelindo-os para os ideais máximos da cultura; e ao treino dos “poderes mentais”, no sentido de ajustá-los à variedade das circunstâncias, em ações que melhor correspondessem aos interesses individuais e coletivos, em acordo com uma escala de valores fixados pela “sabedoria universal”.

O Crescimento Mental foi comentado por figuras muito conhecidas do meio educacional. É o caso de Sud Mennucci (1930), que assinalava que o autor dera indicações sumárias e essenciais da forma como se desenvolve o espírito humano, mostrando as suas fases características e as influências que sobre ele exercem agentes externos e internos.

Fernando de Azevedo (1929), por sua vez, definia O Crescimento Mental como um livro de exposição lúcida, embora sem rigor de método científico. Para Azevedo, o trabalho de João Toledo apresentava-se substancioso de ideias, não a serviço de uma ortodoxia rígida, mas de um “ecletismo didático”, que podia inculcar superficialidade, mas significando, porém, flexibilidade de espírito.

Pela sua própria natureza de livro que pretendia ser divulgado, não o considerava uma obra de contribuições originais para estudos científicos. Por outro lado, a falta de laboratórios de estudos e investigações, além da complexidade que o tema em questão exigia, supunha uma cultura superior que eliminava, quase completamente, a possibilidade de novas contribuições nacionais para a psicologia.

A Didática de João Toledo para uma Escola Brasileira

Em junho de 1925, João Toledo foi nomeado por Pedro Voss, então diretor geral da Instrução Pública de São Paulo, para o cargo de inspetor geral do ensino. Logo após a nomeação, Toledo publicou Escola Brasileira – Desenvolvimento do programa de Pedagogia em vigor nas escolas normais, pela Imprensa Metodista de São Paulo, em 1925⁵. No livro composto por vários textos, o autor expunha sua visão sintética da alma da criança, o modo como se desenvolvia, os fins da educação, o modo de apresentar os assuntos do programa de ensino e de encaminhar o seu desenvolvimento, como conhecimentos necessários para a efetivação da escola que propunha.

Nesse sentido, citava Pestalozzi e Claparède para argumentar que “as ideias, os sentimentos, os atos volitivos, toda a atividade psíquica tem seu órgão que é o cérebro. O exercício regular de suas múltiplas funções, nas variadas modalidades de que estas se revestem, educa-o para os mais altos desígnios”. (TOLEDO, 1925b, p.172). Dessa forma, uma função da educação seria auxiliar no desenvolvimento do cérebro do aluno, tornando-o um órgão tão eficiente quanto suas potencialidades permitissem. Assim, citava, também, Dewey e James, para ressaltar que somente o treino desenvolveria os órgãos, quer se tratassem de funções físicas ou psíquicas, e afirmava, apoiando-se em Payot, em Comenio e em Kant, que “só se aprende a fazer fazendo”. (TOLEDO, 1925b, p.178). O autor se perguntava como o aluno poderia receber melhor uma noção e assinalava que o melhor meio era praticando ele mesmo. Para tanto, fazia-se necessário que o ensino fosse objetivo, que o objeto da lição estivesse presente, pois o aprendizado ativo se faria pela suas observações, comparações, generalizações e experimentações reais.

⁵ Neste trabalho foram utilizadas a primeira edição, de 1925, pertencente ao acervo da EE “Carlos Gomes”, e a terceira edição, de 1932, cuja cópia foi obtida junto ao acervo da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O livro Escola Brasileira teve apenas a primeira edição pela Imprensa Metodista; a segunda edição, de 1929, e a terceira edição, de 1932, saíram pela Livraria Liberdade, também de São Paulo.

Toledo destacava que a educação da criança era um produto direto de sua atividade (a tarefa do professor era facilitar e abreviar o aprendizado, amparando, sugerindo e explicando) e apresentava o processo socrático, de virtudes educativas soberanas, cujo uso era recomendável sem restrições nas classes elementares. Lembrava o autor que se a interrogação fosse efetuada por meio de perguntas bem formuladas implicaria em estímulos para observar e pensar, dando margem a novas perguntas, que provocariam e encaminhariam à assimilação de outras noções.

De posse do conhecimento dos cinco passos formais de Herbart para lições indutivas (preparação, apresentação, comparação, generalização e aplicação), o mestre levaria o aluno a passar de um fato particular para um geral, provendo à formação de conceitos complexos e leis. Por outro lado, para lições dedutivas partia-se de princípios gerais para explicar fatos particulares, com o uso de lições explanatórias ou antecipatórias, que implicasse os dados, os princípios, a inferência e a verificação. Em função disso, a indução e a dedução conjugavam-se e completavam-se, ressaltava o autor, não tendo fase própria e separada de uso e aplicação no treino escolar. Mas poderia haver predomínio de um “modo de ensinar” sobre o outro, conforme o adiantamento da classe ou a matéria a estudar, de forma que não poderiam ser utilizados igualmente para todas as disciplinas do programa.

É das cousas familiares às cousas estranhas que o conhecimento caminha. A atenção a perceptiva, sem a qual um aprendizado regular não se realiza, calca-se em noções já adquiridas pela mente; mas, em face de noções novas e semelhantes, as antigas esclarecem-se, ampliam-se e provocam a aquisição de outras noções ainda. E assim, o conhecido de agora, ampliado amanhã, faz-se, outra vez, ponto de partida para novas noções, então desconhecidas. (TOLEDO, 1925b, p.211).

Como conclusão, Toledo salientava a influência educativa de algumas disciplinas, destacando a língua materna, a geografia e a história pátria, e a educação moral e cívica, além de outras disciplinas, consideradas de fundamental importância no ensino primário, como o desenho, a ginástica, os trabalhos manuais e a música. Destacava também o ensino das “noções comuns”, que dizia respeito a objetos, produtos, instrumentos e fenômenos do cotidiano, podendo ser agrupadas sob o critério das relações com a vida do indivíduo e enlaçadas pelas semelhanças dos serviços que prestavam. Para o autor, a denominação “noções comuns” substituíria o termo “lições de coisas”, uma vez que este não compreendia os assuntos englobados sob aquela rubrica, nem correspondia aos intuítos visados pelo ensino.

Escola Brasileira mereceu elogios e recomendações de leitura, bem como também críticas de pessoas ligadas ao meio educacional. Entre os elogios encontram-se os de Sud Mennucci (1930), para quem o livro denunciava claramente os intuítos do autor em abordar o tema da constituição de um tipo de escola, subordinada ao pensamento central dos ideais nacionais.

Em relação às críticas que o livro recebeu, destaca-se a de Fernando de Azevedo (1929), que considerava o livro uma obra de ideias equilibradas. Mas, devido a um “idealismo moderado” por parte do autor, houvera o impedimento de uma maior expressão dos ideais renovadores da educação moderna. Em função disso, argumentava Azevedo, tratava-se de um livro de estudos fragmentários, pois para a formação de pedagogos era necessária a inclusão de um capítulo sobre cultura geral, sociológica e científica; só assim se haveria de atingir a compreensão exata dos ideais nacionais que orientariam a escola brasileira em todos os seus graus e aspectos.

Após a publicação de *Escola Brasileira*, Toledo começou a elaborar um novo livro, *Didática* (nas escolas primárias), cuja primeira edição saiu em janeiro de 1930 pela Livraria Liberdade de São Paulo. A segunda edição saiu em agosto do mesmo ano⁶. A primeira parte do livro apresentava a didática geral e seus novos rumos, que transformavam o problema de como ensinar em como educar. Porém, Toledo ressaltava que o intuito da educação ainda era o mesmo, a preparação para a vida, e verificava que a mudança fora imposta pela ineficácia dos processos escolares em uso. Nesse sentido, tendo que assumir novas finalidades e sentindo a insuficiência dos instrumentos de ação, “a velha escola tradicional, que ensinava, iniciou sua transição para a escola nova, que educa”. (TOLEDO, 1930, p.09).

De acordo com o autor, a escola tradicional resumia-se em transmissão do programa e assimilação pelo mestre. O aluno, assentado e quietinho, de olhos abertos e ouvidos atentos, prestava atenção no ensino ministrado pelo professor, com o propósito de tornar objetivas suas lições e aplicá-las em momento oportuno. Por outro lado, a nova escola era educativa e era a própria criança que realizava o seu aprendizado. A ideia de escola educativa do autor remete a Herbart e sua instrução educativa, a ser obtida seguindo-se os passos formais que estabeleceu, para formar o espírito do aluno.

Para João Toledo, a transição paulista da escola tradicional para a escola educativa vinha desde os tempos da reforma de Caetano de Campos, em 1891, quando os professores sentiram que o problema não era como ensinar, mas como educar, sendo a criança o centro das preocupações da escola e o conteúdo do currículo um instrumento para promover a formação física, intelectual e moral do aluno; também já se sabia que era a atividade do próprio aluno, e não do mestre, que tornava o treino educativo eficiente. Como toda transformação social, porém, a mudança necessitava de tempo, de preparação do professorado, de adaptação das instituições e remodelação do material de ensino.

⁶ O exemplar utilizado foi o da segunda edição, de agosto de 1930, pertencente ao acervo da EE “Carlos Gomes”. No verso da folha de rosto da segunda edição pertencente ao acervo da antiga Escola Normal de Campinas, há a seguinte nota: “A 1ª edição deste livro, de 2.600 exemplares, foi tirada em janeiro de 1930 e a 2ª, de 5.000, em agosto do mesmo ano”; outra segunda versão, pertencente ao acervo da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, traz como informação na última página: “Concluiu-se a impressão deste livro a 10 de janeiro de 1930. Dele foram tirados 50 exemplares em papel chinês”.

Ninguém nega inteligência ao nosso professorado; ninguém lhe nega dedicação. Mas algumas dezenas de anos, esforçando-se em um sentido, refazendo hoje o caminho ontem percorrido, e amanhã, de novo, o palmilhado hoje, deram-lhe o senso de uma direção e criaram-lhe modos de agir adequados a ela. Mudar de rumo agora e assumir atitudes diferentes, correspondem a abandonar velhos hábitos e iniciar novos, em um mesmo gênero de atividade, o que toda gente sabe que é difícil. (TOLEDO, 1930, p.14).

Didática fazia uma defesa dos programas de ensino como direções apontadas pela experiência de quem já tinha passado pelo mesmo caminho a ser trilhado pelo novo professor. Como orientadores, eram também flexíveis e permitiam acomodação, conforme a diversidade das escolas, o meio cultural e os alunos. Defendendo também a “globalização do ensino”, Toledo ressaltava que algumas práticas de ensino vinham sendo mudadas, pois se percebia que havia uma relação entre as exigências sociais e as condições do meio físico dominante no lugar em que a escola se localizava, havendo um entrosamento de noções oriundas das várias disciplinas e comuns a todas elas, que confluíam para o esclarecimento dos fatos, problemas e fenômenos, objetos das preocupações escolares. Ao se conhecer as condições de um meio físico e a população que o habitava, e determinando-se as modificações que podiam ser realizadas com a influência da escola, os conhecimentos sugeridos deveriam globalizar-se em torno de “centros de interesse”, por diversas associações, partindo do programa mínimo estabelecido para o estudo das “noções comuns”, a serem distribuídas pelos quatro anos do curso primário, constituindo o material do aprendizado.

O método para o ensino sugerido por Toledo era o analítico-sintético, pois o seu uso auxiliava na aquisição de princípios gerais de física, química e história natural; nas outras disciplinas, porém, o seu uso nem sempre era recomendado. Em linguagem e cálculo auxiliaria melhor a prática do método dedutivo somente, porque partia de uma ideia geral para um conhecimento particular. No aprendizado de história e geografia, por sua vez, o ensino deveria ser narrativo e descritivo, visando à intuição e raramente o raciocínio. O autor destacava a história e a geografia no programa de ensino; segundo ele, nenhuma outra tinha tanto poder modelador de almas na formação cívica e moral do povo quanto aquelas.

A segunda parte do livro trazia a didática especial, iniciada a partir dos pontos utilizados como “noções comuns”, que diziam respeito à adaptação do aluno às condições gerais do meio físico e social, de forma que não era aconselhável uma seriação lógica, mas uma seriação subordinada aos interesses da criança, decorrentes de suas necessidades vitais. Partindo da orientação de Decroly para determinar que os centros de maior interesse à criança, nesse momento, seriam referentes à alimentação, ao vestuário, à habitação e sua relação com a natureza, Toledo argumentava que a educação com base sobre estes centros apenas falharia em seus intuitos mais elevados, sendo necessário acrescentar a relação do aluno com a sociedade e com o mundo do trabalho. Com uma exposição de cada disciplina

constante do programa do ensino primário, os respectivos conteúdos pelos quatro anos de curso, as particularidades de cada uma, suas finalidades e aspectos educativos, o melhor processo de ensino e a ordem dos estudos, o autor assinalava como se faria o seu vínculo com as “noções comuns” e sugeria planos de lição.

João Toledo organizara sua Didática dentro dos padrões pedagógicos que vinham fundamentando as prescrições para uso do ensino intuitivo, sobretudo no que se referia aos modelos de lição, que ensinavam o mestre a ensinar. Assim, num momento em que se reforçava a opinião de muitos profissionais ligados à educação de que São Paulo ia perdendo a liderança nesse campo, especialmente após as reformas paulistas de 1925, considerada um retrocesso, e a de 1927, que não teve destaque no cenário educacional do país, e tendo em vista as demais reformas realizadas em outros estados, com a introdução de ideias e princípios renovadores, o livro foi tomado como defesa do modelo escolar paulista, fato que foi aplaudido por uns e questionado por outros.

Em relação aos que criticaram o novo livro, embora não tenha sido localizado nenhum artigo específico em jornal ou revista questionando o autor por não se posicionar em favor das novas ideias, é de supor-se que as críticas apontadas à Escola Brasileira também lhe fosse estendido. Dentre os que se manifestaram a favor, destaca-se Sud Mennucci (1930), um defensor do uso do método analítico e da escola paulista. Num artigo publicado na revista Educação da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo (julho de 1930), na seção Através de livros, Mennucci dizia que o remate de O Crescimento Mental e Escola Brasileira só poderia se dar com o lançamento de Didática. Ao chegar aos modelos de lição propostos por Toledo, Mennucci justificava que isso era lógico e ressaltava que eles nada mais eram que sugestões, podendo ser cortados ou ampliados para atender circunstâncias que somente o professor poderia discernir. Além disso, o livro de João Toledo vinha inaugurar uma fase de autonomia para a pedagogia paulista, “exausta”, segundo Mennucci, de cópias e traduções estrangeiras.

Na seção Através de livros da revista Educação, as obras de autores nacionais ou estrangeiros eram resenhadas ou comentadas, como tentativas de manter os leitores atualizados pela divulgação das principais novidades do campo educacional e, além do artigo de Mennucci, dois outros textos de elogios à Didática foram também divulgados pelo periódico. O primeiro, de abril de 1930, era de autoria de Firmino Costa, que destacava a falta de compêndios pedagógicos para o ensino normal. Nesse sentido, a necessidade de um compêndio justificava-se para que o ensino não se tornasse mecânico, como o ditado pelo professor e a cópia pelos alunos, ou ainda uma sobrecarregada leitura de trechos de diversos autores, tornando o esforço excessivo e sem resultados compensadores.

Costa assinalava que João Toledo havia elaborado o livro com método e clareza admiráveis e ilustrara as dissertações com excelentes planos de lição, bastante sugestivos para orientar o professor no preparo das aulas. Observava Costa que as escolas normais fariam bem em adotar o conjunto dos livros pedagógicos do educador; assim teriam o essencial para o ensino da psicologia e da metodologia e os normalistas alcançariam cultura suficiente para prosseguirem por si mesmos em seus estudos.

O segundo texto, apresentado por Romão de Campos, saiu em junho de 1930. Campos apontava Didática como uma das obras que traziam o que havia de mais relevante nos meios pedagógicos sobre as diversas disciplinas do currículo escolar. Ao lado de Como se Ensina Geografia, de Antonio Firmino de Proença, A Escola Ativa e os Trabalhos Manuais, de Coryntho da Fonseca, Educação Moral e Educação Econômica, de Sampaio Dória, e Cálculo dos Principiantes, de José Ferraz de Campos, o livro de João Toledo vinha traduzir a ânsia de renovação que se agitava nos educadores modernos.

Reconhecendo que a renovação desejada no ensino não seria alcançada num abrir e fechar de olhos, devido a dificuldades como tempo e preparo profissional do mestre, além da falta de um guia, de um orientador, Campos apresentava Didática como um “salva-vidas”, que vinha mostrar aos professores os meios inteligentes e racionais de atingirem a almejada finalidade educativa. Para Campos, os planos de lição eram a excelência da obra, sobretudo por representarem um auxílio ao trabalho do professor novato, pois nem todos eram artistas, capazes de preparar, sozinhos, suas lições.

O artigo de Romão de Campos colocava Didática ao lado de livros aprovados pelos escolanovistas que, ao criticarem a orientação do professorado por meio de lições e roteiros de aulas prontos, propunham uma cultura pedagógica como subsídio e fundamento para a prática docente, mudando os modos de agir e pensar dos professores. Assim, juntamente com a obra de João Toledo, entre os livros citados por Campos destacam-se os de Antonio Firmino de Proença, Coryntho da Fonseca e Sampaio Dória, que faziam parte da coleção Biblioteca da Educação, organizada por Lourenço Filho desde 1927.

Por essa mesma coleção, alguns meses depois do lançamento do livro de Toledo, Lourenço Filho publicou Introdução ao Estudo da Escola Nova (maio de 1930), justificando sua iniciativa pelo fato de que não havia, na “escassa” literatura didática nacional disponível até então, obras que permitissem uma visão geral e completa do problema da educação renovada⁷. Assim, Lourenço Filho informava no livro que a coleção “Biblioteca de Educação” era destinada, especialmente, aos professores primários e secundários, aos normalistas e estudantes, como também aos pais em geral, que estivessem interessados em conhecer as bases científicas da educação e seus processos racionais.

De acordo com Lourenço Filho, embora livros muito bons estivessem sendo escritos sobre assuntos como a função social da escola, a concepção funcional da educação, os recursos científicos de organização e controle do trabalho docente, os mesmos traziam, por outro lado, impressões muito fragmentárias e podiam tornar-se o princípio de confusões perigosas, porque havia neles uma falta de clareza sobre o que era a escola nova. Nesse sentido, para realizar a renovação do ensino era necessário superar a visão fragmentária, o que demandava um longo processo de formação dos professores, pois, sem o preparo técnico necessário, a nova escola não se realizaria. Para Lourenço Filho, a escola ativa não podia preparar mestres por simples receitas empíricas, ou por planos de lição, mas por um conhecimento psicológico maior sobre a infância, por espíritos criadores e por uma cultura pedagógica mais rica e mais sólida do que a cultura comum que havia entre o professorado.

⁷ O exemplar analisado pertence ao acervo da EE “Carlos Gomes”.

Os Planos de Lição e as Noções Comuns

Ao final de 1932, saiu a terceira edição de *Escola Brasileira*, revisada e ampliada por João Toledo. Um dos temas acrescentados foram os “testes de inteligência”, em que o autor argumentava sobre a necessidade de um procedimento objetivo que permitisse avaliar o rendimento do trabalho escolar. Para tanto, sugeria o sistema de medidas mentais de Binet-Simon, que vinha sendo utilizado por centros estrangeiros de “cultura avançada”. Por este sistema de padrão de medidas, aplicáveis sob normas de uma mesma técnica, o professor teria o senso exato do aproveitamento obtido pelos alunos. Por essa ocasião, João Toledo era assistente técnico do ensino normal, tendo sido nomeado em dezembro de 1930, por Lourenço Filho.

João Batista Damasco Penna, então assistente do Serviço de Psicologia Aplicada da Escola Normal de São Paulo, apresentou uma crítica à terceira edição em abril de 1933. Damasco Penna assinalava que o livro não era ainda o compêndio ou manual de que se precisava, mas trazia uma sólida contribuição à reduzida cultura pedagógica nacional. Apresentando João Toledo como uma figura de prestígio na classe dos professores, Damasco Penna discordava do autor em alguns pontos, como a defesa do programa oficial, o que levava a uma falta de aprofundamento de temas como a motivação da aprendizagem, o método por projetos, a escola do trabalho, a escola única e mesmo a globalização do ensino, tratada como expediente didático e não como concepção pedagógica.

Em fevereiro de 1933, a função que João Toledo vinha exercendo recebeu uma nova denominação: chefe de serviço técnico. Além desta função, Fernando de Azevedo nomeou-o para ser um dos assistentes da seção de Prática de Ensino da Escola de Professores do Instituto de Educação, em São Paulo, cuja responsabilidade estava a cargo de Antonio Firmino de Proença. Entretanto, na folha de rosto da primeira edição de *Planos de Lição – Noções Comuns*⁸, Toledo apresentava-se apenas como chefe de serviço técnico da Diretoria Geral do Ensino.

O novo livro, publicado pela Livraria Liberdade de São Paulo em maio de 1934, continha uma primeira parte composta por discussão sobre programas e horários, limites da globalização do ensino, círculos de atividades e noções comuns, e uma segunda parte que divulgava planos de lição para o desenvolvimento das noções propostas. Também na primeira parte, o autor destacava a necessidade de serem consagradas aulas especiais, em tempo especial, às cinco disciplinas do programa (leitura, escrita, cálculo, geografia e história).

Como os conhecimentos destas disciplinas não bastassem ao preparo para a vida, o educador sugeria as noções comuns, não importando sua origem (se científica ou atividade motora), desde que se completassem e se unificassem para a formação de uma finalidade única: a conduta do indivíduo. As noções comuns, distribuídas pelos quatro anos do curso primário, constituiriam o material do aprendizado, esclarecendo problemas reais da vida do indivíduo relacionados ao meio social e físico em que vivia.

⁸ O exemplar utilizado pertence ao acervo da EE “Carlos Gomes”. Uma nota de João Toledo na abertura do livro dizia que as ilustrações do mesmo haviam sido feitas pela sua filha Aimée, professora normalista, formada pela turma de 1923 na Escola Normal de Campinas.

Para leitura, escrita, cálculo, geografia e história, o horário consigna tempo especial; para as demais matérias, uma só rubrica “noções comuns”. Nesta se enfeixam todos os esclarecimentos que a atividade humana exige para boa organização da conduta. Não importa a divisão ou sub-divisão da ciência, de onde venham; importa que, para cada centro de estudos, as noções sejam afins e convergentes, ocorram como elos naturais em associação espontânea, e cuja finalidade seja encaminhar a solução de um problema vital. Esse e outros problemas, cuja solução a escola inicia, no meio material e social que ela resume, desenvolvem-se no convívio familiar e ampliam-se ainda, mais tarde, nas grandes atividades do povo, referentes á alimentação, ao vestuário, à habitação, às influências cósmicas, à vida social e à organização da economia. Esse início de solução é o início da vida que se vai viver, tão aproximada quanto possível da realidade. Para formar as atitudes adequadas às diferentes situações que a ela se deparem, certas umas, outras prováveis, ocorrem noções várias e vários treinos que se encaixam, em horários modernos, sob as cinco rubricas indicadas. A repetição destas atitudes, por três, quatro anos, converte-as em hábitos e os hábitos são o lastro imutável da conduta. (TOLEDO, 1934, p.25).

A discussão era seguida dos planos de lição, que englobavam os centros de interesse e os círculos de atividade por meio das noções comuns, cuja ordem era, então, a mesma em que apareceram nas preocupações do homem através do tempo, marcando etapas em sua evolução civilizadora: nutrição, vestimenta, habitação, influência cósmica, trabalho e organização da economia.

As discussões apresentadas nos livros de João Toledo mostram que o autor não apenas conhecia a proposta escolanovista, como também lia autores comumente ligados à escola nova. Porém, uma preocupação com as questões práticas sobressai nos seus textos, de forma que a defesa que fazia a respeito da seriação das matérias no currículo, da ordem dos estudos e dos planos de lição era criticada pelos defensores da escola renovada, que viam nessas suas inquietações um atrelamento aos moldes do ensino tradicional, bem como uma visão fragmentária sobre o escolanovismo.

Antônio D’Ávila, que conviveu com o educador por um espaço de tempo no Instituto de Educação, quando foram assistentes da seção de Prática de Ensino, apontava que Toledo nunca compreendeu o repúdio declarado à tradição da escola paulista no movimento revolucionário pedagógico. Para D’Ávila (1934), Planos de Lição era um livro que não cristalizava roteiros de aulas, nem era um traçado de modelos para serem vazados no espírito do aluno, mas que abria perspectivas ao professor, alargando o círculo do seu ensino, abrindo espaços para os reais problemas brasileiros.

A publicação de Planos de Lição trouxe a João Toledo o apoio de companheiros de longa data. Julio Penna escreveu uma carta ao autor em novembro de 1935; para ele, o livro era obra de mestre autêntico, cujo nome bastava para recomendá-lo, e isto poderia ser visto pela “acolhida animadora” que suas publicações encontraram fora de São Paulo. Carlos da Silveira, por sua vez, enviou-lhe uma carta em dezembro de 1935, na qual criticava a “panacéia universal” com que vinha sendo divulgada a escola nova. Também Antonio Firmino de Proença lhe endereçou uma carta em janeiro de 1936, e destacava Planos de Lição como uma “pequena enciclopédia” de noções comuns e orientador didático.

As disputas travadas neste período, tanto em torno das proposições pedagógicas sobre o método de ensino intuitivo, quanto das novas representações sobre a atividade da criança difundidas pelos escolanovistas, buscavam legitimação no campo dos saberes pedagógicos, conforme assinala Carvalho (2001).

Nesse sentido, as duas correntes se utilizaram de modalidades distintas para a organização desses saberes, representando-os como necessários à prática docente: de um lado, para divulgar a defesa do modelo escolar paulista, as revistas e os manuais pedagógicos vinham sendo organizados a partir de modelos de lição para uso do professor, mantendo assim uma forte relação com a pedagogia entendida como arte de ensinar, como, por exemplo, os manuais de autoria de João Toledo; e de outro lado, os impressos dirigidos ao professorado como fundamento e subsídio a sua prática e que forneciam informações e referenciais para o professor, com a finalidade de promover-lhe uma nova mentalidade, de que é exemplo a coleção pedagógica organizada por Lourenço Filho.

Considerações Finais

Apesar de João Toledo ser um educador de grande prestígio no cenário educacional da época, pois era autor de livros que tiveram grande divulgação, seu apoio à tradição do ensino paulista e sua defesa a uma proposta de educação pautada nos modelos de lições, fizeram com que fosse tido por alguns contemporâneos como o “representative-man” da escola tradicional. Além disso, nos embates educacionais que tiveram lugar nas décadas e vinte e trinta, os escolanovistas se viram como renovadores e foram bem sucedidos em obscurecer a presença de quem defendia outras propostas que não a da escola nova.

Os livros que João Toledo publicou, voltados para o uso das escolas normais e dos professores primários, traziam a intenção de orientar professores e normalistas sobre como ensinar determinados conteúdos escolares aos seus alunos, além de veicular qual o melhor método e o melhor processo de ensino. Entretanto, o ponto mais criticado nos livros de sua autoria era a defesa que fazia dos modelos de lição, pois enquanto uns consideravam-nos como perspectivas para a prática docente, como sugestões que o professor poderia modificar ou ampliar quando fosse utilizá-los, ou até mesmo como apoio aos professores recém-formados, outros argumentavam que o preparo necessário para a realização da renovação do ensino não poderia ser dar por meio de receitas empíricas, nem por planos ou modelos de aula.

Entretanto, apesar das críticas recebidas, manuais como os de João Toledo, divulgaram parte dos conhecimentos pedagógicos que circulavam no meio educacional naquele momento, e podem ser considerados como representativos de uma produção, circulação, apropriação e representação de modelos culturais pelos professores e normalistas de então, fato que explica a presença de tais manuais nas bibliotecas das antigas escolas normais.

Referências

AZEVEDO, F. **Ensaio**. Crítica literária para O Estado de S. Paulo (1924-1925). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929, p.142-152.

CAMPOS, R. Didática. **Educação**, SP, vol. XI, n.3, p.381-383, jun./1930.

CARVALHO, M. M. C. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, SP, 14(1), 2000, p.111-120. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100013>

_____. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.137-167.

CHARTIER, R. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990, p.13-28.

_____. Entrevista com Roger Chartier. **Pós-História**, Assis, SP, vol.07, p.11-30, 1999.

COSTA, F. Livros recomendáveis. **Educação**, SP, vol. XI, n.1, p.94-95, abr./1930.

D'ÁVILA, A. Bibliografia pedagógica. Planos de lição. **O legionário**, SP, 08 jul. 1934.

HILSDORF, M. L. S. **Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador**. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. Lourenço Filho em Piracicaba. In: SOUZA, C. P. (org.). **História da educação: processos, práticas e saberes**. São Paulo: Escrituras, 1998, p.95-112.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930. (Biblioteca da Educação, vol. XI)

MENNUCCI, S. Livros Novos. **Educação**, SP, vol. XII, n.1, p.130-135, jul./1930.

PENA, J. B. D. Bibliografia pedagógica. **O Diário de São Paulo**, SP, 01 abr. 1933.

PINHEIRO, M. L. **Trajetória e interlocuções do educador paulista João Toledo (1900-1939):** a permanência dos modelos de lição. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Faculdade de Educação da Universidade de Estadual de Campinas, 2009.

TOLEDO, J. Introdução aos programas de psicologia, pedagogia e metodologia das escolas normais paulistas. Biblioteca do professor primário. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1920-1921)**, SP, 1921, p.336-343, 361-365.

_____. **Sombras que Vivem.** Campinas: Casa Genoud, 1923.

_____. **O Crescimento Mental.** Exposição analítica da psico-pedagogia para uso dos alunos das escolas normais e dos professores do curso primário. São Paulo: Imprensa Metodista, 1925a.

_____. **Escola Brasileira.** Desenvolvimento do programa de pedagogia em vigor nas escolas normais. São Paulo: Imprensa Metodista, 1925b.

_____. **Didática** (nas escolas primárias). 2. ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1930.

_____. **Escola Brasileira.** Desenvolvimento do programa de pedagogia em vigor nas escolas normais. 3. ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1932.

_____. **Planos de Lição.** Noções comuns. São Paulo: Livraria Liberdade, 1934.